

FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA: O ESTABELECIMENTO DE ÁREA DE
CAMPING SUSTENTÁVEL NO NÚCLEO PEDRA GRANDE

Cíntia Cristina Lemes Azevedo

Orientadora:

Profa. Dra. Fernanda Alves Cangerana Pereira

Co-orientadora:

Profa. Me. Esmeralda Macedo Serpa

São Paulo

2018

Cíntia Cristina Lemes Azevedo

PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA: O ESTABELECIMENTO DE ÁREA DE
CAMPING SUSTENTÁVEL NO NÚCLEO PEDRA GRANDE

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado como exigência parcial para obtenção
do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo pela
FATEC-SP.

Profa. Dra. Fernanda Alves Cangerana Pereira

Profa. Me. Esmeralda Macedo Serpa

São Paulo

2018

AZEVEDO, Cíntia Cristina Lemes

Parque Estadual da Cantareira: o estabelecimento de área de camping sustentável no Núcleo Pedra Grande/ Cíntia Cristina Lemes Azevedo. São Paulo, 2018.

43 p.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação) – Faculdade de Tecnologia de São Paulo – SP, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.

Área de concentração: Turismo em áreas naturais

Orientador: Profa. Dra. Fernanda Alves Cangerana Pereira

Co-orientadora: Profa. Me. Esmeralda Macedo Serpa

1. Áreas Naturais 2. Ecoturismo 3. Unidade de Conservação

Cíntia Cristina Lemes Azevedo

PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA: O ESTABELECIMENTO DE ÁREA DE
CAMPING SUSTENTÁVEL NO NÚCLEO PEDRA GRANDE

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
Aprovado como requisito parcial para
obtenção do certificado de Tecnólogo em
Gestão de Turismo pela FATEC-SP.

Data: ____/____/____

Componentes da banca:

Profa. Dra. Fernanda Alves Cangerana Pereira

Prof. Dr. Hilário Angelo Pellizer

Prof. Me. Marina Lindenberg Lima

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu marido Ewerton, pela paciência e parceria, estando sempre disponível para conversas sobre o tema e até mesmo com sugestões importantes para construção do estudo e aos meus amigos que me acompanham e ficam na torcida pelas conquistas alcançadas.

Às Profa. Dra. Fernanda Alves Cangerana Pereira e Profa. Me. Esmeralda Macedo Serpa pela orientação, apoio e confiança.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento necessário para minha formação profissional. Meu eterno agradecimento!

À instituição pela oportunidade de concluir o curso através de um ambiente criativo e amigável que proporciona.

Agradeço aos representantes e monitores do Parque Estadual da Cantareira pelo atendimento e a atenção recebidas durante a pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

RESUMO

Análise da viabilidade de instalação de áreas de camping no Parque Estadual da Cantareira (PEC) – Núcleo Pedra Grande, é o foco do estudo apresentado e a consulta do interesse dos visitantes na atividade proposta, por meio de questionário aplicado no local. Aborda ainda, assuntos referentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), como consta na Lei Federal 9.985/2000, temas como áreas naturais e o segmento do setor de turismo apropriado para atividades relacionadas a trilhas e utilização do espaço natural de forma sustentável que é o ecoturismo. Sobre os Parques, leva em consideração o Plano de Manejo aplicado em cada unidade e orienta sobre os tipos de uso da área de conservação. Apresenta um comparativo com o Parque Nacional do Caparaó, que possui área de acampamento, mencionando os impactos positivos e negativos. Na pesquisa de campo, foram constatados resultados relevantes relacionados a utilização do espaço, no qual foi considerado a infraestrutura já existente. Pode-se também verificar a avaliação positiva dos visitantes em relação ao PEC, sendo como primeira visita ou visitantes habituais, resultando em intenção de retorno à unidade.

Palavras-chaves: camping, áreas naturais, ecoturismo

ABSTRACT

Analysis of the feasibility of installing camping areas in the Cantareira State Park (PEC) - Núcleo Pedra Grande, is the focus of the study presented and the consultation of the interest of the visitors in this proposed activity, through a questionnaire applied in the place. It also addresses issues related to the National System of Conservation Units (SNUC), as stated in Federal Law 9.985 /2000, topics such as natural areas and the segment of the tourism sector appropriate for activities related to trails and use of the natural space in a sustainable way which is ecotourism. Regarding the Parks, it takes into account the Management Plan applied in each unit and guides on the types of using of the conservation area. It presents a comparison with the Caparaó National Park, which has a camping area, mentioning the positive and negative impacts. In the field research, relevant results about the space use had been related, in which the existing infrastructure was considered. It is also possible to verify the positive evaluation of the visitors with respect to the PEC, being first visiting or habitual visitors, resulting in a possibility of returning to the unit.

Keywords: camping, natural areas, ecotourism

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	TURISMO EM ÁREAS NATURAIS	11
2.1	Ecoturismo	14
3.	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	18
3.1.	Tipos de Unidades de Conservação	19
3.1.1.	Unidades de Proteção Integral	19
3.1.2.	Unidades de Uso Sustentável	20
3.2.	Parque Estadual	21
3.3.	Parque Nacional de Caparaó	23
3.4.	Parque Estadual da Cantareira	28
3.4.1.	Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira	31
3.4.2.	Núcleo Pedra Grande	36
4.	METODOLOGIA DA PESQUISA	40
5.	RESULTADO	41
5.1.	Discussão	44
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICE A Pesquisa de Campo	52
	APÊNDICE B Formulário da Pesquisa de Campo	53
	ANEXO A LEI 9.985/2000	

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso teve por objetivo avaliar a disponibilidade e interesse por parte dos visitantes na instalação de uma área de camping no Parque Estadual da Cantareira (PEC), Núcleo Pedra Grande.

O Parque possui uma área de 7.916,52 hectares formados por remanescentes da Mata Atlântica, abrangendo os municípios de São Paulo, Mairiporã, Caieiras e Guarulhos. É administrado pela Fundação para a Conservação e a Proteção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal. O PEC é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e considerada a maior floresta urbana do mundo.

A visitação pode ser feita de duas formas:

- Durante a semana, de Segunda a Sexta-feira, com horários pré-agendados, sendo necessário o acompanhamento de monitores. Neste caso, o perfil do visitante são grupos de estudantes de escola pública ou privada, faculdades e empresas.
- Finais de semana e feriados é aberto ao público em geral, sendo necessário adquirir o ingresso na bilheteria ao lado do portão de entrada do Parque e não é necessário agendamento prévio. A visita é feita sem acompanhamento dos monitores, somente são apresentadas as informações referentes as trilhas disponíveis, distâncias e dúvidas que o visitante possa ter.

Neste trabalho, a pesquisa foi efetuada com o público de finais de semana, que visita com frequência o parque, que já visitou algumas vezes ou que seja pela primeira vez, adulto que possa e tenha interesse em responder o questionário. A pesquisa de campo foi aplicada no PEC com o intuito de avaliar o interesse dos visitantes na atividade proposta. Conforme consta no Plano de Manejo do Parque, é permitido acampamento de acordo com algumas condições.

Será apresentado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), conceituando sobre os tipos de Unidades de Conservação (UC), dando ênfase aos Parques, tema do projeto, detalhando sobre a estrutura física do PEC, histórico, Plano de Manejo, além de apresentar uma outra Unidade de Conservação, no âmbito Nacional, categoria Parque como comparativo a fim de avaliar a viabilidade de implantação de áreas de camping como proposto. Essa UC utilizada é o Parque

Nacional do Caparaó (Parna Caparaó), que permite a atividade de acampamento em sua área, oferecendo infraestrutura mínima para a utilização do espaço. Serão observados os pontos positivos e negativos existentes a partir da utilização da área.

O turismo em área natural será abordado evidenciando o ecoturismo onde o foco da atividade são trilhas, acampamentos e interpretação ambiental. É importante valorizar essas áreas, preservando e inserindo o visitante de forma que não degrade esse meio e funcione como um incentivo para vivenciar experiências fora do contexto urbano.

2. TURISMO EM ÁREAS NATURAIS

O turismo é a atividade que mais se desenvolve nos dias de hoje, sendo um potencial gerador de emprego e renda.

Se bem gerida, possibilita a efetiva descentralização do desenvolvimento do país, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, para a geração e distribuição de renda, para a criação de postos de trabalhos, ocupação e também para a entrada de divisas no país. (MOREIRA, 2014, p.19).

Segundo a OMT o conceito de Turismo é: “[...] o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias, motivado por razões não econômicas.”¹ Essa definição sofreu um aperfeiçoamento em 1994, “[...] o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins.”²

O turismo, como é conhecido hoje, é o resultado de inovações fundamentais que se acumularam desde a Revolução Industrial, inovações que criaram uma nova prosperidade no chamado “mundo industrializado”. A introdução de férias remuneradas na década de 1930 possibilitou que muitas pessoas de várias classes sociais viajassem, distanciando-se de si mesmas e da rotina diária. O Turismo em áreas naturais é um segmento em amplo crescimento nos setores econômicos, geração de empregos e fluxo de turistas. (KELLER, 2005, p.14 apud SILVA, 2006, p. 30)

Para Moreira (2014), descansar, realizar atividades esportivas, conhecer culturas diferentes, distrair-se, fugir da rotina, estão entre as diferentes motivações para uma viagem.

Conforme consta das Diretrizes para o Turismo em Áreas Naturais no Paraná, 2000, o turismo em áreas naturais vem crescendo, sendo influenciado pelo interesse por temas ambientais. Há uma variação nos tipos de turismo nessas áreas como o turismo de aventura, ecoturismo, turismo rural, entre outros que possibilitam o contato direto com a natureza.

Turismo em áreas naturais é um segmento do turismo que utiliza o patrimônio natural e cultural, de forma sustentável, com intercâmbio sob diferentes formas entre o homem e a natureza, para promover a conservação dos recursos locais (físicos e humanos), otimizando os custos e ganhos ambientais, culturais, econômicos e sociais, orientado por planejamentos participativos. (DIRETRIZES PARA O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS NO PARANÁ, 2000, p.4)

Pires (2002, p.12 apud Moreira, 2014) alerta sobre essa atividade:

¹ Apud IGNARRA, L.R. Fundamentos do Turismo. Rio de Janeiro: SENAC Rio de Janeiro, 2013.

² Apud IGNARRA, L.R. Fundamentos do Turismo. Rio de Janeiro: SENAC Rio de Janeiro, 2013

[...] profundo o interesse que a sociedade contemporânea tem pelo mundo natural, interesse esse que permeia o imaginário coletivo com o aceno do paraíso, particularmente nos países centrais do capitalismo ou em regiões intensamente urbanizadas de países periféricos, onde a ciência, a técnica e a informação definem espaços cotidianos altamente artificializados. (p. 22)

Beni (2002, p. 31 apud CÂNDIDO, 2008) seguindo a leitura na qual turismo na natureza possui subdivisões, apresenta a conceituação de turismo ecológico como sendo:

Denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno (p.09).

O turismo, independentemente da segmentação, deve observar a sustentabilidade na sua prática. Partindo da definição de Cândido (2008, p.11) que “[...] turismo sustentável situa-se no contexto da base para a proteção da atratividade das destinações turísticas, devido a necessidade de preservação do meio ambiente.”

A OMT (2003, p. 24 apud MOREIRA, 2014) define:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

A criação de Áreas Naturais Protegidas onde a prática de turismo é autorizada, gera benefícios como empregos, diversificação da economia local, melhoria da infraestrutura como transporte, além das Unidades de Conservação (UCs) proporcionarem lazer, oportunidades de educação ambiental, proteção de espécies ameaçadas de extinção, proteção dos recursos naturais, como determina a Lei nº 9.985. (DIAS, 2008, p. 131 a 133)

Há também preocupação devido ao grande fluxo de turistas que essas áreas estão recebendo. Seabra (2001, p. 32 apud DIAS, 2008) afirma:

[...] é preocupante a velocidade com que as Unidades de Conservação e as demais áreas protegidas estão sendo ocupadas pelos diversos empreendedores econômicos vinculados ao turismo e, ao mesmo tempo, incentivados pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais. (p. 135)

Dias (2008), ainda menciona efeitos negativos do turismo sobre o meio ambiente como incêndios nas matas produzidos por descuido de visitantes³, utilização indevida de áreas naturais ou uso para lazer sem planejamento mínimo. Esses problemas para o autor são devidos à má administração dessas áreas, falta de pessoal especializado, parcerias malfeitas, entre outros relacionados a gestão.

Por isso devem ser feitos estudos na área incluindo avaliação dos recursos naturais e culturais do local, estudo de mercado, financeiro e avaliação do impacto ambiental, além de construção de infraestrutura para os visitantes como mirantes, centro de informação, locais de palestras e aulas de educação ambiental, sinalização, monitoramento, tudo de forma planejada para causar menos impactos negativos e para que seus efeitos não sejam irreversíveis.

No quadro 1, abaixo, são apresentados dados publicados pela Federação de Parques Nacionais e Naturais da Europa (FNNEP, 1993), que propõe uma série de pontos para o referido Plano de Ação:

Quadro 1: Pontos para um plano de ação de turismo sustentável em áreas protegidas

1. Estabelecer de maneira clara os objetivos da conservação (ambientais, sociais e econômicos). Discutir e conciliar os objetivos com todos os envolvidos.
2. Inventariar todos os recursos naturais e culturais potencialmente utilizáveis para depois analisar a informação.
3. Trabalhar conjuntamente com a população local, o setor turístico e outras organizações locais.
4. Identificar os valores e as imagens das áreas protegidas nos quais deve basear-se o turismo sustentável.
5. Avaliar a capacidade de acolhida das diferentes zonas do espaço protegido e estabelecer os níveis de qualidade ambiental desejáveis.
6. Analisar o mercado turístico, assim como as necessidades e expectativas dos visitantes (antes e depois de desenvolver novas ideias de desenvolvimento turístico).
7. Proporcionar evidências de quais atividades são compatíveis e quais não são com o espaço protegido (em função das categorias de proteção).
8. Propor novos “produtos turísticos”, incluindo o turismo educativo.
9. Avaliar o impacto ambiental das propostas.

³ Pessoa que visita a área de uma Unidade de Conservação de acordo com os propósitos e objetivos de cada área. O visitante pode ter várias motivações: lazer, conhecimento, recreação, contemplação, entre outras. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006, p. 9)

10. Especificar as técnicas de gestão requeridas, em aspectos como o zoneamento e transporte sustentáveis.
11. Propor medidas de gestão do tráfego e do desenvolvimento de sistemas de transporte sustentáveis.
12. Estabelecer sistemas de comunicação e estratégias de promoção para estimular a imagem das áreas protegidas, novos produtos turísticos e técnicas de gestão.
13. Estabelecer um programa de acompanhamento da área protegida e seu uso pelos visitantes.
14. Avaliar os recursos necessários, incluindo as necessidades de formação.

Fonte: Adaptado FNNP (1993 apud DIAS, 2008, p. 151)

Dentre os segmentos de turismo em áreas naturais o ecoturismo é o que oferece melhores perspectivas de manejo, segundo Dias (2008), pelas seguintes características:

- constitui um subsegmento do turismo de natureza, e entre esses, o que se constituiu nos marcos do turismo sustentável;
- os que praticam ecoturismo preferem as áreas naturais não contaminadas pela expansão urbana ou pouco alteradas com o objetivo de admirar, interpretar ou estudar os diversos componentes do ecossistema;
- um dos princípios do ecoturismo é a busca de autenticidade na experiência, o que torna implícita a necessidade de haver educação ambiental;
- ainda em termos de Educação ambiental, constitui um fator importante para a tomada de consciência da população residente e dos visitantes;
- implica um manejo planejado por parte da região ou país receptor;
- contribui para a geração de emprego e financiamento direto para a conservação do local;
- enquadra-se dentro dos parâmetros do conceito de desenvolvimento sustentável;
- o ecoturismo pode ocorrer em áreas com ou sem proteção;
- constitui uma ferramenta para o desenvolvimento de lugares que sem estar posicionados, atualmente, no mercado possuem uma potencialidade elevada. (DIAS, 2008, p. 152)

2.1. Ecoturismo

Ecoturismo é uma atividade que se desenvolve respeitando sempre o meio ambiente, proporcionando a contemplação de uma área natural de forma sustentável e envolvendo a comunidade local através da educação ambiental⁴. O Brasil possui áreas naturais de grande interesse social e econômico que necessitam de

⁴ [...] educação ambiental pode ser entendida como o processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. (Brasil. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010, p.23.)

planejamento para implantação de atividades turísticas que não agridam esse frágil sistema. O maior risco de degradação é o turismo de massa⁵, onde não se limita o acesso de visitantes e o principal objetivo do local é econômico, visando lucro e deixando de lado pequenas comunidades locais, até que se esgotem os recursos que um dia foram o atrativo do local.

A definição de ecoturismo segundo o Ministério do Turismo (2010):

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (p.17)

A prática do Ecoturismo é normalmente confundida com o Turismo de Aventura, devido ao fato de que ambos são praticados na natureza.

A modalidade ecoturismo se diferencia do turismo de aventura devido sua finalidade de trabalhar com a consciência ambientalista dos profissionais e turistas envolvidos na atividade. Para o ecoturismo, não encontramos normas específicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), porém existem normas da atividade de turismo de aventura que se adéquam às atividades ecoturísticas e que devem ser seguidas. (VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012, p. 121)

Para a prática de Turismo de Aventura é necessário observar as normas técnicas existentes para a atividade.

Podemos conciliar a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2006) quanto ao nível de segurança nesse tipo de atividade, definindo que o produto turístico trabalhado pelas empresas competentes, apresenta elementos críticos que precisam de uma operação segura, de forma que determinada organização possa estabelecer parâmetros de controle da qualidade e segurança, valorizando cuidados com questões ambientais relacionadas à sua execução e, sempre utilizando técnicas de gestão de riscos incorporados a processos de controle e melhoria contínua do produto. (VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012, p. 111)

O ecoturismo se relaciona com o meio ambiente como principal espaço para a realização das atividades, segundo Vasconcelos, Silva e Costa (2012), e o meio ambiente pode ser considerado como natural ou construído pelo homem no conceito do Ministério do Turismo, 2010, p. 5-6.

A partir da consciência do ambiente natural surge uma pressão político-social para a criação do sistema de Unidades de Conservação, que foram assim definidas em função da existência de atrativos naturais de grande valor contemplativo, como cachoeiras, abismos, cavernas, rios ou marcos históricos (MENDONÇA; NEIMAN, ca. 2000 apud VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012, p. 121).

⁵ [...] turismo de massa, também chamado de turismo de maiorias ou turismo de burguesia, se efetua através dos representantes das classes médias assalariadas e de empresários de médio e pequeno portes, com os frutos de seus salários ou os rendimentos de seu limitado capital.(ANDRADE, José Vicente. Turismo – Fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 8ª ed., 2008. p.56)

Muitas das atividades de ecoturismo ocorrem dentro das Unidades de Conservação, que para o Ministério do Meio Ambiente:

[...] são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitat e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. (MMA, 2018).

Essas atividades podem ser pelo contato com a natureza, a fauna, flora, formações rochosas e paisagens. Todos combinados em um mesmo lugar ou somente um espetáculo da natureza que justifique a visita em determinado local. Alguns lugares necessitam de guia especializado para o trajeto que pode ser justificado pela dificuldade do trecho, pela preservação do local e para melhorar a experiência do visitante.

Seguem algumas informações sobre a motivação por viagens a lazer no Brasil:

Tabela 1: Principal motivação de viagens de lazer

Principal motivação de viagens a lazer	Ano (%)				
	2013	2014	2015	2016	2017
Sol e Praia	65,9	49,2	69,4	68,8	72,4
Natureza, ecoturismo ou aventura	19,0	12,8	15,7	16,6	16,3
Cultura	11,4	10,3	12,1	9,7	9,0
Esportes	1,8	1,7	1,5	1,3	1,5
Diversão noturna	0,9	0,4	0,6	0,5	0,5
Viagens de incentivo	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1
Outros	0,7	25,4	0,5	3,0	0,2
Lazer relacionado a grandes eventos	-	25,0	-	2,8	-
Outras motivações de lazer	0,7	0,4	0,5	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de caracterização e dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil, adaptado do Ministério do Turismo – Dados e Fatos – Demanda Turística Internacional (2009)

- **Sol e Praia:** (72,4%) predomina como a principal motivação de viagem para quem visitou o Brasil a Lazer, considerando as duas vias de acesso (aéreo e terrestre).
- A motivação **natureza, ecoturismo ou aventura** alcançou 16,3% das viagens a lazer.

Esses dados demonstram que o interesse por viagens a lazer relacionados a natureza é menor do que destinos de Sol e Praia, mas representaram a segunda maior procura de estrangeiros no ano de 2017.

O ecoturismo poderá ser melhor aproveitado, gerar melhoria econômica para população local, divulgando de forma positiva as áreas naturais e o potencial do país, desde que a prática seja implantada de forma planejada, respeitando a fragilidade desses ambientes.

3. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

O SNUC foi concebido com a finalidade de criar áreas de proteção de acordo com sua fragilidade, importância para o meio ambiente e para a população.

Após a Revolução Industrial ocorrida no séc. XVIII, a humanidade conheceu o desenvolvimento econômico, gerando melhoria na condição de vida, mas também o aumento da população mundial e conseqüentemente o uso, exploração e apropriação dos recursos naturais sem nenhuma regulamentação ou controle, dando início a deterioração do ecossistema.

A primeira unidade de conservação no Brasil foi Paranapiacaba em 1909 e que depois dela muitas outras foram criadas no decorrer do tempo e que em 2000 o SNUC ordenou e classificou as UCs já existentes e criou ferramentas para o surgimento de novas unidades.

Dessa forma, pensando em proteger áreas em risco e ao mesmo tempo permitir que a população pudesse ter contato com a natureza, a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VI do Meio Ambiente, no art. 225 dispõe sobre o direito de todos os brasileiros ao meio ambiente saudável e equilibrado, para manutenção da qualidade de vida da coletividade atual e futura. Em seu Parágrafo 1º, incumbe ao Poder Público a efetividade desse direito, seguindo ainda no inciso I, deve-se prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas. No inciso II deve-se preservar o patrimônio genético e fiscalizar as entidades responsáveis por suas pesquisas. E no inciso VI, promover a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Sendo assim, em 18 de julho de 2000, foi instituída a Lei nº 9.985 sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, regulamentando normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação que ficou definida como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; (Art. 2º, inciso I)

Em seu inciso II:

[...] o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as

necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; (Art. 2º, inciso II)

O SNUC é gerido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

As Unidades de Conservação (UC) podem ser Federais, Estaduais e Municipais, apresentando objetivos como contribuir para a manutenção da diversidade biológica, proteger as espécies ameaçadas, proteger paisagens naturais, entre outras. (ANEXO A)

3.1. Tipos de Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos segundo a lei 9985/00: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

3.1.1. Unidades de Proteção Integral

Seu principal intuito é a preservação da natureza, permitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. É ainda dividido em 5 categorias.

- Estação Ecológica: preservação da natureza e pesquisa científica. Somente é permitida a visitação pública em casos de objetivo educacional, ou de acordo com o Plano de Manejo. Alterações do ecossistema somente em casos de restauração de ecossistemas modificados, preservação da diversidade biológica e coletas com finalidades científicas.
- Reserva Biológica: seu objetivo é a preservação da biota sem interferência humana direta ou modificações ambientais. Visitação pública permitida somente com objetivo educacional e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável.
- Parque Nacional: seu objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande beleza cênica com o intuito de desenvolver a educação e interpretação ambiental, de recreação e de turismo ecológico. A visitação é feita de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Manejo e pelo órgão responsável por sua administração, assim como a pesquisa científica. Será denominado Parque Municipal ou Estadual de acordo com sua criação.

- Monumento Natural: preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído de áreas particulares, mas havendo incompatibilidade com os objetivos, a área poderá ser desapropriada. Visitações públicas depende do Plano de Manejo e regulamentação vigente.
- Refúgio da Vida Silvestre: proteção de ambientes naturais assegurando a reprodução de espécies. Pode ser constituído de áreas particulares, mas havendo incompatibilidade com os objetivos, a área poderá ser desapropriada. Visitações públicas depende do Plano de Manejo e regulamentação vigente. Pesquisa científica depende de aprovação prévia do órgão responsável.

3.1.2. Unidades de Uso Sustentável

Seu objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. São divididas em 7 categorias, podendo ser encontrados nos Art. 15 ao Art. 21 do MMA, 2004:

- Área de Proteção Ambiental: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
- Área de Relevante Interesse Ecológico: manter os ecossistemas naturais e regular o uso das áreas de acordo com os objetivos de conservação da natureza.
- Floresta Nacional: objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- Reserva Extrativista: utilizada por populações extrativistas tradicionais e seu objetivo é proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando os usos sustentáveis dos recursos naturais.
- Reserva da Fauna: uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas. Áreas particulares dentro do seu limite territorial devem ser desapropriadas.
- Reserva do Desenvolvimento Sustentável: área destinada à populações tradicionais, que exploram de forma sustentável seus recursos naturais, protegendo a natureza e a manutenção da diversidade biológica.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural: é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Será

permitida, conforme regulamento, a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

3.2. Parque Estadual

Os Parques são considerados Unidades de Conservação de Proteção Integral, podendo ser Municipais, Estaduais e Federais, de acordo com a Lei 9.985 de julho de 2000.

Um dos objetivos dos parques é a preservação dos ecossistemas naturais, possibilitando pesquisas científicas, além de desenvolvimento de atividade de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico. (DIAS, 2008)

No Brasil a prática de visitação a parques é ainda muito pequena, se comparada com os Estados Unidos que possuem aproximadamente 10.336 áreas de Parques Estaduais e em 2016 receberam em torno de 791 milhões de visitantes, de acordo com informações de National Association of State Park Directors⁶ (NASPD, 2017), que se dedica a administrar e gerir o sistema dos parques estaduais norte-americanos. Uma das campanhas (*Let's Camp America!*), promove o acampamento nessas áreas nos 50 estados, considerando que possuem 241.255 espaços para a atividade.

Os Parques Estaduais no Brasil seguem a legislação pertinente ao SNUC (2000), sendo uma das prioridades a proteção integral da flora, fauna e das belezas naturais.

Em São Paulo, os Parques Estaduais são administrados pela Fundação Florestal - Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e foi instituída pela Lei Estadual nº 5.208, de 1º de julho de 1.986, sendo seu estatuto aprovado pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29 de setembro de 1.986.

Através do Decreto Nº 51.453 de 29 de dezembro de 2006, foi criado o Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), que em seu art. 4º:

I – Observar os princípios, objetivos e instrumentos do Sistema Estadual de Administração da qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais

⁶ A missão da Associação é promover e avançar os sistemas de parques estaduais da América para seu próprio significado, bem como para suas importantes contribuições para o meio ambiente, patrimônio, saúde e economia do país.

- SEAQUA, instituído pela Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997. (SIEFLOR, 2006)

O Sistema Estadual de Florestas também deverá promover a valorização da biodiversidade, manejo sustentável, recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

A secretaria de Meio Ambiente e a Fundação Florestal desenvolvem ações para consolidar o ecoturismo e o turismo sustentável com os seguintes projetos:

- Projeto de Ecoturismo na Mata Atlântica – investimento em 6 parques estaduais.
- Programa Trilhas de São Paulo – trilhas identificadas pela marca Trilhas de São Paulo.
- Marcos Regulatórios – regulamentação de procedimentos administrativos de gestão e fiscalização do uso público nas UCs.
- Parcerias – Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Estado de São Paulo, ABETA (Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura), Instituto Ilhabela Sustentável – IIS.
- Identidade Visual – Criação de uma marca única para todo o SIEFLOR.
- Manuais Operacionais – elaboração/Edição de manuais ligados ao uso público.
- Infraestrutura, que “é uma pré-condição para o desenvolvimento turístico” (IGNARRA, 2013, p.69) – investimentos em novas trilhas e atrativos, estudos de ordenamento de uso público, centros de visitantes, exposições temáticas, estruturação de restaurantes, lanchonetes e meios de hospedagem, bem como estruturação de Estradas-Parques.
- Programa de capacitação – capacitações para diversos públicos, incluindo as comunidades locais e o empresariado da área de entorno dos parques, o poder público municipal, os gestores dos parques e demais funcionários da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) envolvidos com a gestão do uso público.
- Ecoturismo no Município Verde Azul – trata-se de uma oportunidade grande de trabalhar novas parcerias com municípios, ampliando assim a participação e desenvolvimento regional nas atividades de ecoturismo e educação ambiental.

Essas informações constam no site do Sistema Ambiental Paulista (2017), que autoriza área de camping com a finalidade de educação ambiental, como é o caso do Parque Estadual Intervales, localizado em Ribeirão Grande - SP. Essa prática, se bem estruturada, ajudará na conscientização da educação ambiental e na divulgação dos

parques, aumentando a procura de um turismo em contato com a natureza, com poucos recursos e menos impactos negativos. Para Dias (2008), “programas de educação ambiental deveriam estar incluídos em toda gestão turística, já que o turismo é uma ferramenta que, bem utilizada, ajuda a tomada de consciência dos residentes e visitantes.” E conceitua ainda:

O ecoturismo, por si só, é considerado como uma estratégia de educação ambiental, uma vez que valoriza excursões, passeios, trabalhos de campo onde as pessoas colocam-se em contato direto com experiências que geram um aprendizado importante relativo ao ambiente natural, estabelecem relações sociais com o ambiente e desenvolvem atitudes que tendem a ser responsáveis. (DIAS, 2008, p. 179)

Os Parques tornam-se a principal fonte de contato com a natureza, estando próximo de pequenas e grandes cidades. Funciona como uma fuga com o intuito de estar em um lugar tranquilo e praticar atividades como trilhas, banhos de cachoeira, observação de pássaros, piquenique em área arborizada, enfim, partindo de uma consciência ambiental que respeita os meios onde se socializa, é possível praticar o lazer e não degradar ambientes frágeis e que muitas vezes não se recuperam.

3.3. Parque Nacional do Caparaó

Administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e localizado na Serra do Caparaó, na divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. É um dos destinos mais procurados por adeptos de montanhismo no Brasil, pois abriga o terceiro pico mais alto do país, com 2.892 metros de altitude, o Pico da Bandeira. Outros 5 picos, que estão entre os dez mais altos do país, fazem parte da Unidade de Conservação.

A Unidade de Conservação de Proteção Integral Parna Caparaó possui o bioma Mata Atlântica, uma área de 31.762,93 hectares e possui dois Decretos de criação. São eles Decreto Federal nº 50.646 de 24 de maio de 1961 e Decreto Federal s/nº de 20 de novembro de 1997.

De acordo com o Plano de Manejo local, criado em 23 dezembro de 2015, as atividades praticadas no parque são: caminhada, acampamento, fotografia, contemplação, banho, natação, piquenique, observação noturna e ao amanhecer.

Vasconcelos; Silva; Costa (2012) conceituam: “Caminhadas – percursos a pé em itinerário predefinido. Curta duração – caminhada de um dia. Também conhecida

por *hiking*. Longa duração – caminhada de mais de um dia. Também conhecida por *trekking*.”

Devido ao seu alto grau de endemismo (fauna e flora) e importância para a conservação da Mata Atlântica, o parque foi enquadrado em três das 900 áreas prioritárias para a conservação desse bioma segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2007).

Três importantes nascentes de bacias hidrográficas (Rios Itabapoana, Itapemirim e Doce) fazem parte da Serra do Caparaó, juntamente com amostras de campos de altitude (vegetação comum em áreas de altitudes elevadas).

O Parque conta com duas portarias de acesso, uma localizada no município de Alto Caparaó – MG e outra em Pedra Menina, distrito do município de Dores do Rio Preto – ES. As trilhas são sinalizadas, autoguiadas de curto, médio e longo percurso e com diferentes níveis de dificuldade, segundo informações do ICMBIO, e as principais levam ao Pico da Bandeira, podendo ser alcançado tanto pela portaria mineira, quanto pela portaria capixaba. Possui trilhas que permitem a travessia no percurso entre os dois estados da UC (travessia ES/MG ou MG/ES).

Os acampamentos ficam localizados na parte alta da UC. São eles:

- Portaria Alto Caparaó – MG: acampamentos da “Tronqueira” e “Terreirão”.
- Portaria Pedra Menina – ES: acampamentos da “Macieira” e “Casa Queimada”.

Todas as áreas de acampamentos possuem estrutura mínima para sua utilização, como postos de funcionários, banheiros públicos, lava-pratos, mesas, bancos e churrasqueiras (esta última somente no acampamento da Macieira). Para essa atividade, é necessário efetuar reserva com antecedência e devem ser solicitadas pelo interessado ou agenciador responsável a partir do primeiro dia de cada mês para visitas no mês vigente ou subsequente, e só será considerada válida após a mensagem eletrônica de validação que será enviada por *e-mail*, que deverão ser confirmadas pelo solicitante, no período entre dez e cinco dias antes da data de visitas ao Parque. Caso isso não ocorra, a reserva será automaticamente cancelada.

Foto 1: área de acampamento com mesas e bancos no Terreirão (MG)



Fonte: autora (2018)

Foto 2: área plana para acampamento no Terreirão (MG)



Fonte: autora (2018)

A estrutura dos municípios onde se localizam as portarias de acesso ao Parque é bastante ampla para atender ao visitante, contando com hotéis, pousadas, restaurantes e estabelecimentos como padaria, farmácia, mercados e até mesmo lojas especializadas em equipamentos de aventura.

Trabalhos de educação ambiental são desenvolvidos pelo Parque, dentro da UC, por meio de apresentação oral para estudantes de todas as faixas etárias e para grupos individuais organizados, porém sem implantação de novos modelos de palestras e cursos, o interesse tem diminuído por parte da população local.

Alguns problemas são identificados como o uso constante das trilhas que causam erosões, principalmente pela utilização de animais de cargas para transporte de equipamentos até o “Terreirão”; por não haver sanitários no decorrer da trilha podem ser encontrados fezes humanas e papel higiênico, fato que tem diminuído, identificando a mudança no perfil do visitante.

As trilhas, como meio de interpretação ambiental, visam não somente a transmissão de conhecimento, mas também propiciar atividades que revelam os significados e as características do ambiente por meio de usos dos elementos originais, por experiência direta e por meios ilustrativos, sendo assim, encaixa-se como um instrumento básico de educação ambiental e aliada ao turismo ocasiona a valorização e preservação ambiental, além de ser um atrativo turístico que gerará renda. (COSTA; SILVA; MENESES, 2012, p. 106)

Foto 3: Trilha com erosão do solo



Fonte: autora (2018)

Em relação aos acampamentos, possuem uma área extensa no Terreirão, onde alguns pontos apresentam solo mais úmido e outros mais secos. Alguns visitantes preferem acampar priorizando privacidade, ficando distantes da área do banheiro, sendo que nesses casos evitam caminhadas e acabam fazendo suas necessidades fisiológicas em local impróprio. Em períodos de muita procura, é comum encontrarem banheiros sujos, motivo que fortalece o uso incorreto do local.

Restos de carvão indicam que fogueiras clandestinas foram acesas no local, mesmo sendo proibidas, podendo causar um incêndio no Parque.

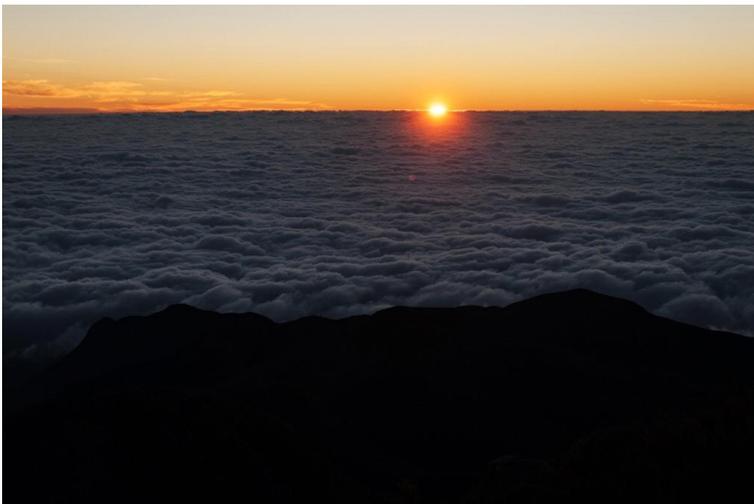
No acampamento da Tronqueira, um dos problemas relatados, são os quatis (*Nasua nasua*). Eles aparecem em grupos de mais de 50 indivíduos procurando por restos de comidas dos visitantes. Por não terem medo das pessoas, acabam atacando seus alimentos, danificam barracas e podem ser agressivos. Reviram o lixo deixado pelos visitantes e devido a isso, lixeiras com tampas de rosca foram instaladas, mas já se tornaram ineficientes, pois os animais aprenderam a lidar com o mecanismo.

“A ocorrência de impactos nas áreas naturais é consequência inevitável do uso, observando-se que mesmo os visitantes mais conscientes deixam suas pegadas e perturbam a fauna.” (BARROS, 2000 apud ANDRETTA et al 2008).

A visita ao Pico da Bandeira, principal atrativo do Parque, acontece principalmente nos meses de inverno (junho a agosto), por grupos que fazem a caminhada durante o dia e outros à noite, esses com o foco no nascer do sol. Nesse último caso é necessário fazer a reserva de acordo com o critério informado anteriormente.

Considerando o número máximo de visitantes de todos os acampamentos do PNC, além dos visitantes provenientes de estabelecimentos de hospedagem da região, existe a possibilidade de mais de 860 pessoas dirigirem-se ao pico da Bandeira para observar o nascer do sol. Há registros fotográficos do excesso de pessoas sobre o pico, muito além do que se poderia esperar para um atrativo desta magnitude e importância. (PLANO DE MANEJO, 2015)

Foto 4: Vista do nascer do sol do Pico da Bandeira



Fonte: autora (2018)

A trilha mais percorrida até o pico é Tronqueira – Terreirão - Pico da Bandeira. O primeiro trecho que compreende Tronqueira - Terreirão, considerando visitantes com equipamento para acampar, podem concluir em torno de duas a três horas de caminhada. A sinalização indicando o sentido da trilha é feita por marcações em rochas e estacas de madeira pintadas de amarelo. O trecho restante, por ser mais

íngreme, com altitude mais elevada, se torna mais demorado, levando em conta que possui um percurso menor, o tempo médio é em torno de duas horas e meia a três horas. É comum, mesmo chegando muito perto, pessoas desistirem antes de concluírem o percurso.

O Parna Caparaó atrai muitos visitantes interessados na prática do ecoturismo.

Algumas práticas nocivas ao meio ambiente podem ser mudadas a partir da “formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”, de acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo, 1994.

Estudos na área afirmam que a prática do ecoturismo, com as experiências passadas nos destinos, traz para o visitante um questionamento sobre os valores da vida, voltando para casa renovado, enriquecido e tendo outra visão de encarar os aspectos indesejáveis de seu cotidiano. Tudo isso por conta de um condicionamento cultural oposto ao seu, no momento em que se entrega àquela forma de viver e conviver momentos em meio à natureza e comunidades locais. (VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012, p.123)

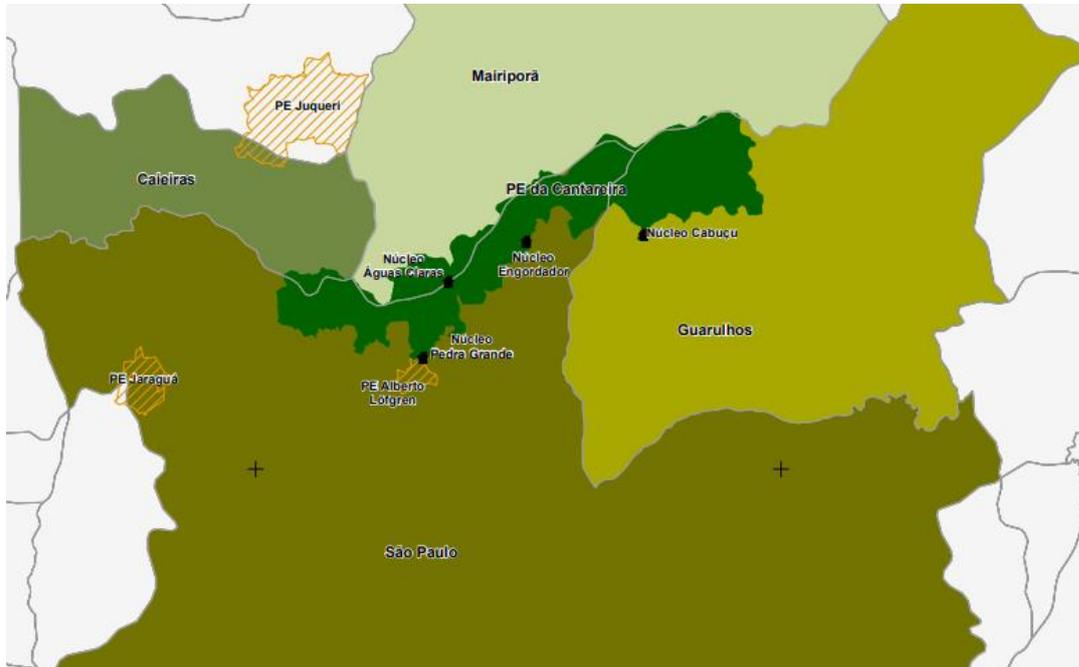
É necessário um planejamento para o efetivo bem-estar que a prática proporciona

[...] salienta, então, que uma abordagem adequada do ecoturismo junto a um estudo das atividades deve considerar: elaboração de roteiros, desenvolvimento de destinos, implantação de meios de hospedagem, etc., devendo-se orientar pela observação de alguns critérios que deverão ser satisfeitos para merecer o rótulo eco, fazendo-nos pensar sobre uma proposta de elaboração de planejamento turístico para os destinos, o que seria uma alternativa viável para o desenvolvimento conservacionista e/ou preservacionista. (PIRES, 1998 apud VASCONCELOS; SILVA; COSTA, 2012, p.123)

3.4. Parque Estadual da Cantareira

Considerada a maior floresta urbana do mundo, o Parque Estadual da Cantareira é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Desde 29 de agosto de 1962, através da Lei estadual nº 6.884, assumiu a condição de Parque Estadual, regularizada pelo Decreto Estadual nº 41.626 de 30 de janeiro de 1963. Possui 7.916,52 hectares formados por remanescente da Mata Atlântica e abrange os municípios de São Paulo, Mairiporã, Caieiras e Guarulhos. É administrado pela Fundação para a Conservação e a Proteção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal. Órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente que possui a missão de “[...] contribuir para a conservação, o manejo e a ampliação das florestas de produção e das Unidades de Conservação estaduais, atuando conjuntamente com o Instituto Florestal”

Figura 1: mapa dos municípios que abrangem o PEC



Fonte: adaptado do Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira (2018)

Tabela 2: área dos municípios abrangidos pelo Parque estadual da Cantareira

Município	Área do Município Abrangida pelo PEC (ha)	% da Área Total do Município
São Paulo	4.278,50	2,84
Mairiporã	798,00	2,60
Caieiras	149,17	1,43
Guarulhos	2.674,33	8,01

Fonte: Secretaria do Estado do Meio Ambiente (2009)

Em 1994 foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, como Zona Núcleo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo. Em torno de 360 áreas em todo mundo possuem esse título, onde o objetivo é:

[...] uma correta gestão de seus recursos naturais e a busca do desenvolvimento sustentável através da pesquisa científica da conservação, da biodiversidade, da promoção social e da integração dos diversos agentes atuando dentro e ao redor da Reserva. (RESUMO EXECUTIVO PM DO PEC, 2009)

A grande diferença é que as outras localidades estão inseridas em áreas protegidas e com pouca interação antrópica, já a cidade de São Paulo precisa

encontrar soluções que impliquem menos impactos negativos, proteção do meio ambiente e da qualidade de vida dos seus habitantes.

As UCs que são da categoria Parque Estadual (no caso desse artigo por se tratar de UCs de domínio estadual) englobam áreas onde pode-se desenvolver e estruturar Programas de Uso Público, ou seja, atividades e equipamentos que possibilitam esse contato do visitante com os atrativos naturais, através de sistemas de trilhas e estruturas que permitam o uso e a interpretação do ambiente focados, entre outros motivos, na educação ambiental. (ALVES; LARANJA; RAIMUNDO, 2015, p.763)

Sua localização é de fácil acesso para as áreas de visitação abertas ao público, tornando-se alternativa de lazer principalmente nos fins de semana.

Principais Atrativos⁷:

- Núcleo Pedra Grande: acesso pela Rua do Horto, a 800 metros do lado direito do portão de entrada do Parque Estadual Alberto Löfgren - PEAL. Os meios de transportes públicos até o Núcleo são metrô e ônibus (linhas 1018-10, 1722,10, 2020-10). É necessário observar o ponto de partida para dessa forma orientar-se qual o melhor transporte. Primeiro núcleo aberto ao público em 1989. Possui portaria, bilheteria, guarita, sanitários, audiovisual, anfiteatro, museu, áreas de piquenique e trilhas de interpretação da natureza⁸, além do mirante da cidade de São Paulo a 1.010 m de altura. É também a sede administrativa do Parque.
- Núcleo Engordador: acesso pela Rodovia Fernão Dias altura do Km 80 ou Av. Cel. Sezefredo Fagundes altura do número 19.100. Os transportes públicos são metrô e ônibus (linhas 1783-10, 2023-10). Segundo núcleo aberto ao público em 1992 e reaberto em 1998. Possui portaria, bilheteria, sanitários, áreas de piquenique, centro de visitantes, trilhas de interpretação da natureza e atividades de educação ambiental. Há também visitas na Casa da Bomba, patrimônio histórico do sistema de abastecimento de água de São Paulo.
- Núcleo Águas Claras: acesso pela Av. Senador José Ermínio de Moraes, s/número - Divisa de São Paulo e Mairiporã. Meios de transportes públicos de acesso são metrô e ônibus (linha 1720-10). Somente em 2000 foi aberto à

⁷ [...] todo o lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los. (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO, 1984, p. 8 apud ALMEIDA, 2009, p. 550)

⁸ [...] interpretação é a arte de explicar o significado de determinado recurso ou atrativo turístico. Trata-se de proporcionar o entendimento do ambiente natural, despertar a atenção e o interesse do visitante em relação à natureza e à cultura, esclarecendo dados, fatos e correlações que normalmente não são claros ao simples olhar. (Brasil. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010, p.24)

visitação pública. Conta com administração, portaria, bilheteria, estacionamento, centro de visitantes, audiovisual e trilhas interpretativas além de comunicação por trilhas com o Núcleo Pedra Grande. Está localizado no município de Mairiporã.

- Núcleo Cabuçu: acesso pela Av. Pedro de Souza Lopes, número 7.903 (antiga estrada do Cabuçu). Município de Guarulhos. O meio de transporte público partindo da cidade de Guarulhos é ônibus (linhas 273, 337, 380). Aberto ao público em 2008. Desde 2003 as estruturas estavam instaladas e as equipes montadas, mas só recebiam pesquisadores e escolas com visitas agendadas. Possui portaria, bilheteria, guarita, sanitários, audiovisual, centro de visitantes, anfiteatro, áreas de piquenique e trilhas de interpretação da natureza. Patrimônio Cultural: os atrativos são a represa e a barragem que datam 1908 que era utilizada para abastecer parte da cidade de São Paulo.

Através das trilhas é possível apreciar as cachoeiras, vegetação, macacos Bugio que são espécies ameaçadas de extinção, além da vista panorâmica para a cidade de São Paulo.

A utilização de trilhas ecológicas com a finalidade de aproveitar os momentos de lazer do visitante para a transmissão de conhecimentos, e vice-versa, é bastante interessante, tanto do ponto de vista recreativo quanto do educativo. (ROCHA; BARBOSA; ABESSA, 2010, p. 481)

Segundo Alves, Laranja e Raimundo (2015) as UCs são muito importantes para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao lazer e turismo em contato com a natureza, mas é necessário a implantação de estruturas mínimas para trilhas, centro de visitantes, portarias e essas estruturas devem estar de acordo com documentos oficiais do Plano de Manejo.

3.4.1. Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira

Em 1974 foi instituído o primeiro Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira e um dos primeiros do Brasil.

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (LEI N° 9.985, 2000, Art. 2º, inciso XVII).

A importância da elaboração do Plano se deve a crescente urbanização e aos enormes níveis de desigualdade social que arrastam a população para áreas verdes, além da poluição atmosférica. A floresta urbana da Cantareira se destaca neste cenário trazendo sua grande biodiversidade, sendo responsável pela regulação, purificação e proteção de incontáveis cursos d'água e mananciais.

O objetivo de criação do Parque é:

Criado com o objetivo original de proteção aos mananciais para garantir um importante serviço ambiental de abastecimento de água para a Região Metropolitana de São Paulo, o Parque Estadual da Cantareira tornou-se um dos maiores remanescentes florestais, com extensão, representatividade e diversidade na região da Serra da Cantareira e um referencial em áreas urbanas protegidas. (RESUMO EXECUTIVO DO PM, 2009, p. 15)

Tendo como ponto relevante do Plano de Manejo:

[...] dentre todos os assuntos que foram abordados, é a premência de integração de ações, como as de educação ambiental e o policiamento ostensivo da área, ordenamento do uso solo do entorno e integração nos processos de licenciamentos ambientais, participação comunitária na gestão da área protegida e gestão compartilhada entre o público e o privado. (RESUMO EXECUTIVO DO PM, 2009, p.15)

A revisão do Plano de Manejo se torna necessária, pois o documento se trata de um planejamento e como tal, deve ser revisto e passar por uma avaliação, definindo novas estratégias para potencializar ações positivas e novas diretrizes para enfrentar os atuais problemas.

O Plano de Manejo (2009) foi elaborado por equipes da Fundação Florestal, Instituto Florestal, funcionários de prefeituras municipais envolvidas e companhias de saneamento básico.

Uma das funções do Plano de Manejo é definir o zoneamento do Parque. Segundo o conceito definido na Lei 9.985/2000 (SNUC):

[...] definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

Os critérios utilizados definem áreas restritas, de uso público, de apoio, de infraestrutura, entre outras, observando sempre suas características naturais e culturais, de suas potencialidades, fragilidades e necessidades específicas de proteção.

Tabela 3: Área total de cada zona do Parque Estadual da Cantareira

Zona	Área	Porcentagem
Intangível	347,18	4,56
Primitiva	4.381,22	57,51
Recuperação	2.478,51	32,53
Uso conflitante (infraestrutura de base)	146,21	1,92
Uso Extensivo	80,83	1,06
Uso Intensivo	35,46	0,47
Uso Especial	102,81	1,35
Histórico-Cultural	46,46	0,61
TOTAL	7.618,70	100
Zona de Amortecimento	35.704,62	

Fonte: Plano de Manejo do Parque Estadual da Cantareira (2009, p. 225)

Nota: O valor total da área do Parque difere do valor apresentado em outros capítulos devido as diferenças nas bases cartográficas.

De acordo com as informações presentes no Plano de Manejo (2009), a Zona de Uso Intensivo tem o objetivo de facilitar a recreação e educação ambiental em harmonia com o meio.

Quadro 2: Zona de Uso Intensivo

Zona de Uso Intensivo		
Descrição e justificativa	Normas	Recomendações
<p>▪ Núcleo Pedra Grande</p> <p>Entrada principal, sala de educação ambiental, áreas de descanso do Toldo, piquenique, playground, sanitários e estacionamento</p> <p>▪ Núcleo Engordador</p> <p>Entrada principal, centro de visitantes, áreas de descanso, viveiro, piquenique, sanitários e estacionamento</p> <p>▪ Núcleo Cabuçu</p> <p>Entrada principal, sala de educação ambiental, centro de visitantes, áreas de descanso, piquenique, sanitários e estacionamento</p>	<p>Uso Permitido</p> <p>Os usos mencionados nas demais zonas e ainda:</p> <p>-Implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades de proteção, controle, monitoramento, uso público, educação e pesquisa</p> <p>-Implantação de áreas de acampamento, hospedarias e prestação de serviços (restaurante, lanchonete, loja de conveniência), sempre mediante a elaboração e aprovação de projetos pelo órgão gestor</p> <p>-Manutenção dos acessos e trilhas, de maneira que essas ofereçam boa condição de tráfego e segurança aos usuários, sempre em acordo com a legislação ambiental</p> <p>Circulação de veículos motorizados para transporte individual e/ou coletivo com finalidade de visitação, respeitada a capacidade de suporte e limitada aos locais definidos por cada núcleo</p> <p>Se estritamente necessário, serão permitidas a abertura de novas trilhas e/ou picadas, com o mínimo impacto ao meio natural, com finalidades de fiscalização, pesquisa, educação, monitoramento e uso público</p> <p>-Circulação de bicicletas infantis (aro 10) ou quadriciclos infantis nas dependências da Zona de Uso Intensivo desde que não ofereça riscos à criança e ou aos outros visitantes</p> <p>Uso Proibido</p> <p>Todos os listados nas demais zonas e ainda:</p> <p>-Qualquer tipo de evento de bicicletas como modalidades de mountain bike, down hill, ou semelhante</p> <p>-Circulação de ônibus de turismo sem previa autorização do órgão gestor</p> <p>-Atividades individuais ou coletivas que potencialmente provoquem impactos à biota e o desconforto a outros usuários seja pelo barulho, aglomerações e ou resíduos como eventos, cerimônias de qualquer natureza, rituais ou semelhantes</p> <p>-Qualquer tipo de acampamento não autorizado ou não destinado ao manejo do Parque</p> <p>-A realização de manifestações artísticas ou eventos esportivos e culturais coletivos sem autorização do órgão gestor</p> <p>-A emissão de sons além dos limites definidos por Lei ou fora dos horários permitidos</p>	<p>-Todos os serviços oferecidos ao público deverão estar concentrados nesta Zona: centros de visitantes, centros de apoio aos visitantes, lanchonete, sanitários, instalações para serviços terceirizados como condutores, estacionamentos, além das instalações para serviços do órgão gestor (se necessário) etc</p> <p>-Todas as atividades previstas deverão levar o visitante a compreender a filosofia e as práticas de conservação da natureza e do patrimônio histórico-cultural do Parque</p> <p>-Todas as edificações existentes e as futuramente construídas, deverão estar harmonicamente integradas a paisagem e preferencialmente com o padrão estético das edificações já existentes (no caso de novas estruturas)</p> <p>-Sempre que possível, as edificações e seus acessórios externos e internos deverão fazer uso de materiais e ou equipamentos com tecnologias que incorporem os novos princípios de sustentabilidade, como sistemas de iluminação inteligentes, lâmpadas mais econômicas, torneiras e descargas com fechamento automático entre outros</p> <p>-Cada núcleo deverá contar, se possível, com pelo menos uma área inserida na Zona de Uso Intensivo, disposta de centro de visitantes e uma trilha de uso intensivo, a fim de cumprir com os objetivos legais dos Parques e possibilitar a necessária interação com a comunidade local e regional, buscando a devida inserção da unidade na economia e na sociedade</p> <p>-Propiciar facilidade de acesso a deficientes físicos e demais públicos que tenham dificuldade de locomoção ou que tenham outros tipos de deficiências, a estruturas como sanitários, centros de visitantes, ou centros de interpretação da natureza e educação ambiental</p>

Fonte: Adaptado do Resumo Executivo do Plano de Manejo (2018)

Na área do Parque, os núcleos mencionados possuem espaços para piquenique, banheiros e atividades para crianças. Não foram implantadas até o momento áreas para acampamentos. Essa seria uma atividade relacionada ao ecoturismo que procura não causar impactos nos espaços onde acontecem.

Em muitos casos, ele se torna uma ferramenta bastante importante para ajudar na preservação, pois além de permitir o contato humano com a natureza e seu entendimento através da interpretação ambiental, o ecoturismo pode gerar receitas consideráveis para os parques, o que pode ser revertido para a conservação da natureza. (SANTOS et al., 2016, p. 584, 2016)

A prática de Ecoturismo visa colocar pessoas em contato direto com a natureza, sem danificar ou explorar de forma massificada uma região, além de desenvolver uma consciência de conservação do ambiente.

Segundo Andrade (2008):

O campismo é uma modalidade turística e desportiva que consiste na estada ao ar livre, com os equipamentos necessários à segurança do repouso, da alimentação e da higiene, mas sem as especificidades dos recintos e dos serviços dos estabelecimentos de recepção e hospedagens tradicionais e comerciais. Suas origens se perdem no tempo e seu desenvolvimento muito se deve ao espírito de aventura de indivíduos e grupos, à necessidade de maior contato com a natureza e, em parte, a aspectos financeiros, econômicos e étários. (ANDRADE, 2008, p.58-59)

Acampamentos em lugares com contato direto com a natureza, sem degradar o meio ambiente do seu entorno, trazem a experiência de vivenciar e estimulam a consciência ambiental, tendo-se em mente que sua prática não regulamentada gera degradação.

O lazer em ambientes naturais e o desenvolvimento acentuado do ecoturismo são resultados da procura por vivências e experiências em contato com a paisagem natural como em parques e outras áreas verdes. (ALVES; LARANJA; RAIMUNDO, 2015, p.763)

Segundo Bellinasse, Pavão e Cardoso-Leite (2011, p. 290), atividades diversificadas talvez contribuíssem mais para a interação da população com os ecossistemas e as rotinas de gestão do parque, aumentando a visitação e o interesse da população em contribuir com a conservação dos ecossistemas.

3.4.2. Núcleo Pedra Grande

Foto 5: portão de entrada do Núcleo Pedra Grande



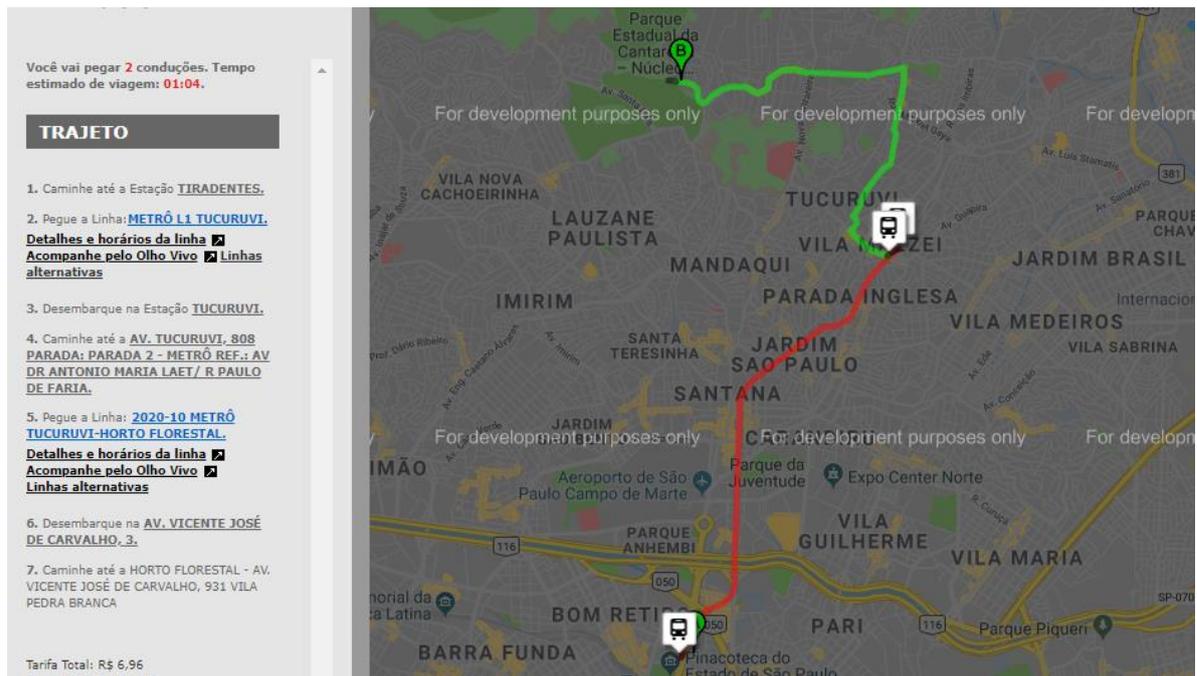
Fonte: autora (2018)

A visitação ao núcleo é aberta, durante a semana, para grupos escolares agendados e para o público em geral aos finais de semana e feriados. É uma alternativa de lazer para a população do seu entorno. O horário de abertura é às 8 horas e encerramento às 17 horas, mas só é permitido o acesso à trilha até as 15 horas, respeitando assim o horário de fechamento do parque.

O acesso ao núcleo possui os seguintes meios de transportes, tomando como base o endereço da Faculdade de Tecnologia de São Paulo – FATEC que é Praça Coronel Fernando Prestes, 30 – Bom Retiro – São Paulo:

- Partir da Estação Tiradentes, metrô linha 1, sentido Tucuruvi;
- Descer na Estação Tucuruvi, caminhar até a Av. Tucuruvi, 808;
- Pegar a linha de ônibus 2020-10, Metrô Tucuruvi-Horto Florestal;
- Desembarque na Av. Vicente José de Carvalho, 3;
- Caminhe até Rua do Horto, 1799, portaria do Núcleo Pedra Grande.

Figura 2: meio de transporte de acesso ao Núcleo Pedra Grande



Fonte: SPTrans (2018)

É o primeiro núcleo aberto ao público, em 1989, e o que possui maior frequência de visitação. É a sede administrativa do PEC e seu ponto de maior atratividade é o mirante da Pedra Grande⁹, acessível por trilha asfaltada com percurso de 9.600 metros de extensão (ida e volta).

Possui infraestrutura de portaria, banheiros, área para piquenique, museu, audiovisual, anfiteatro e trilhas para interpretação ambiental. As trilhas possuem placas indicando seu início e são elas:

- Trilha da Bica: com 1500 metros de extensão.
- Trilha do Bugio: em torno de 300 metros de extensão.
- Trilha das Figueiras: aproximadamente 1000 metros de extensão.
- Trilha do Lago das Carpas: 1600 metros de distância do mirante da Pedra Grande e 2500 metros da portaria do Núcleo Águas Claras¹⁰.

⁹[...] afloramento rochoso com aproximadamente a 1010 metros de altitude, de onde se pode avistar parte da cidade de São Paulo. (RESUMO EXECUTIVO DO PM PEC, 2009, p. 18)

¹⁰ Acesso pela Av. Sem. José Ermínio de Moraes, s/número, Divisa de São Paulo/Mairiporã. Atrativos: Trilha e Lago das Carpas. Comunicação por trilha com o Núcleo Pedra Grande.

Foto 6: mapa informativo na entrada do Parque



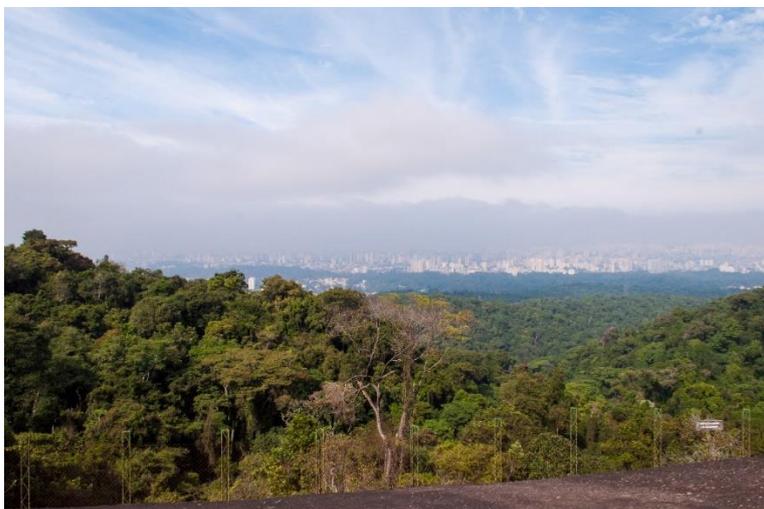
Fonte: autora (2018)

Foto 7: sinalização em bifurcação indicando a distância para a Pedra Grande



Fonte: autora (2018)

Foto 8: vista para a cidade de São Paulo da Pedra Grande



Fonte: autora (2018)

Foto 9: trilha com bancos para descanso e lixeira para dispensar o lixo



Fonte: autora (2018)

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Tipo de pesquisa: pesquisa de campo, estudo de caso e pesquisa bibliográfica.

Local da pesquisa: portão de entrada/saída do Núcleo Pedra Grande no Parque Estadual da Cantareira.

Data da aplicação do questionário: 12/05/18 (sábado), 26/05/18 (sábado), 09/06/18 (sábado). As datas foram previamente agendadas com a administração do parque.

Na aplicação do questionário, as pessoas eram abordadas somente quando retornavam do passeio com o intuito de estarem com uma opinião recente relacionada a visita. Eram consultadas sobre a disponibilidade em responder o questionário e em caso afirmativo, as perguntas eram apresentadas aos respondentes. Houve somente um caso de recusa na participação. O total de questionários respondidos foram 40.

Quanto ao questionário (Apêndice A), foram sete perguntas fechadas, sendo que três delas possuíam opção aberta. As questões abordaram gênero, idade, frequência no parque, motivo da visita. Essas com o intuito de identificar o público. Outras mais específicas como se a pessoa já acampou e a impressão que teve sobre a atividade e se o parque oferecesse área para acampamento o respondente teria interesse, podendo justificar sua resposta.

No estudo de caso, as informações apresentadas constam no Plano de Manejo do Parque Nacional do Caparaó e a pesquisa bibliográfica através de consultas de material em biblioteca e material *online*.

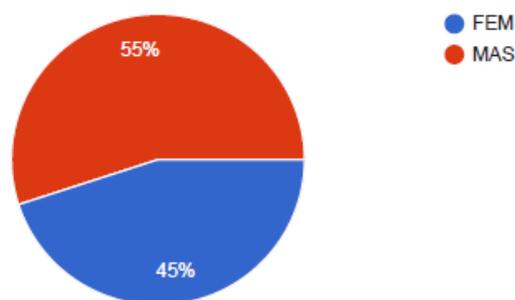
5. RESULTADOS

Serão apresentadas as informações referentes ao questionário aplicado nas datas já mencionadas.

Gráfico 1: gênero

Sexo

40 responses



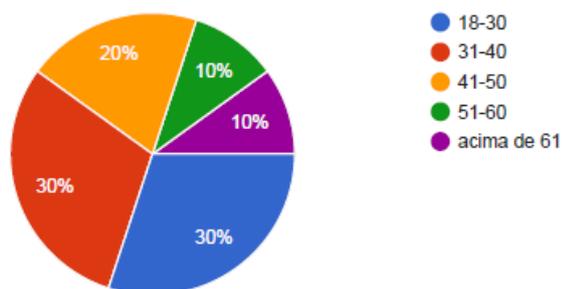
Fonte: autora (2018)

Dos 40 questionários respondidos, 55% são homens e 45% mulheres

Gráfico 2: faixa etária

Faixa etária

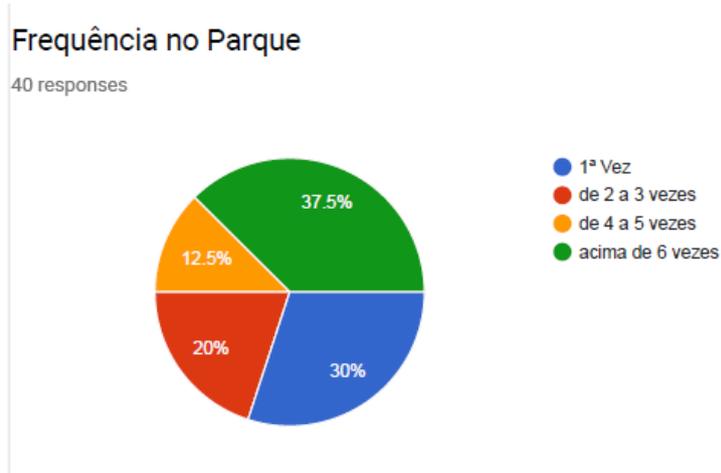
40 responses



Fonte: autora (2018)

Dos 40 questionários, 30% estão entre 18 e 30 anos; 30% entre 31 e 40 anos; 20% entre 41 e 50 anos; 10% entre 51 e 60 anos e 10% acima de 61 anos.

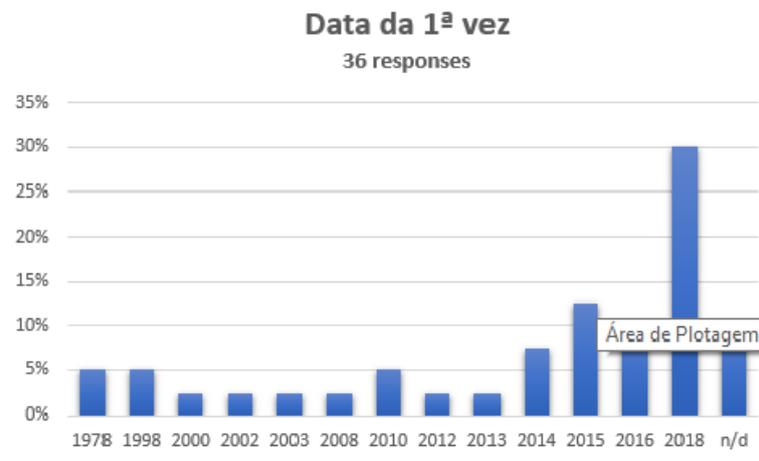
Gráfico 3: frequência no Parque



Fonte: autora (2018)

Dos 40 questionários, 30% vieram ao Parque pela 1ª vez; 20% visitaram o parque de duas a três vezes; 12,5% visitaram de 4 a 5 vezes e 37,5% visitaram acima de 6 vezes.

Gráfico 4: data da 1ª vez



Fonte: autora (2018)

Dos 40 questionários, 4 não responderam a data da 1ª visita ao Parque. Entre os 36 respondentes 5% fizeram a 1ª visita em 1978, 1998 e 2010; 3% em 2000, 2002, 2003, 2008, 2012, 2013; 8% em 2014; 13% em 2015; 10% em 2016 e 30% em 2018.

Gráfico 5: itens que influenciaram a ida ao Parque



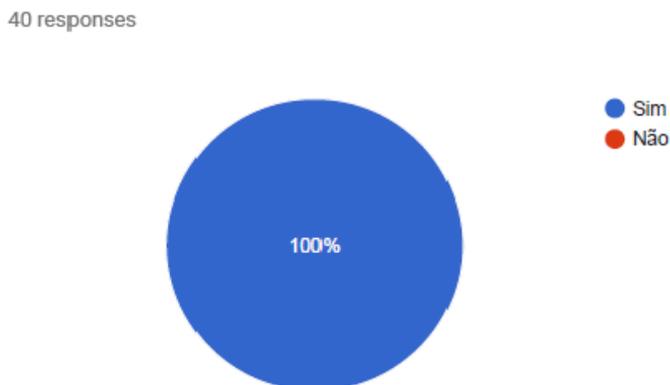
Fonte: autora (2018)

Dos 40 questionários apenas 1 respondente não elencou pelo menos 1 item do seu motivo de visita, sendo que poderiam ser marcados quantos itens interessassem.

Sendo 39 respondentes, 71,8% a motivação foi exercício físico e contato com a natureza; 38,5% relaxamento; 20,5% encontrar pessoas; 53,8% passeio/lazer e 23,1% saúde.

Gráfico 6: intenção de retorno

Tem intenção de retornar?

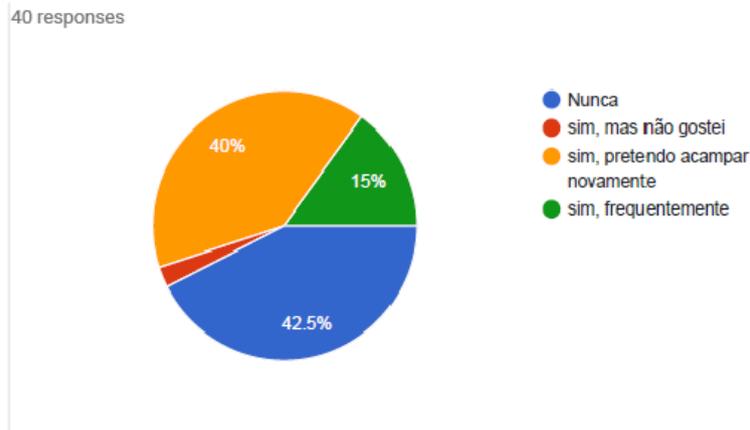


Fonte: autora (2018)

100% desejam retornar ao Parque.

Gráfico 7: Você já acampou?

Você já acampou?

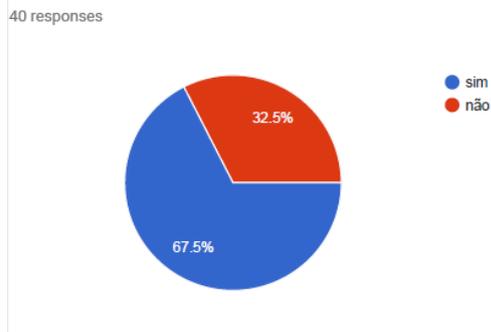


Fonte: autora (2018)

Dos 40 questionários, 42,5% nunca acampou; 40% já acampou e pretende acampar novamente; 15% acampa frequentemente e 2,5% já acampou, mas não gostou.

Gráfico 8: interesse se o Parque oferecesse área de acampamento

Se o parque oferecesse área para acampamento você teria interesse?



Fonte: autora (2018)

Dos 40 questionários, 67,5% teriam interesse em acampar no Parque e 32,5% não teriam interesse nesse tipo de acampamento.

5.1. Discussão

Foram aplicados 40 questionários demonstrando que 55% eram homens; 30% entre 18 e 40 anos; 37,5% visitam o Parque com frequência; 30% visitaram pela 1ª vez naquela ocasião e 71,8% tem como motivação exercícios físicos e contato com a natureza.

Essas motivações atendem ao interesse de cada visitante de forma diferente fazendo com que 100% dos respondentes desejem retornar. Entre os visitantes abordados, um respondente mencionou a paisagem como motivação e apenas uma pessoa mencionou ser moradora do parque há oito anos.

A questão sobre já haver acampado teve como objetivo identificar se o visitante já vivenciou a prática de acampamento e sua opinião a respeito da atividade. Desses, 42,5% (Gráfico 7) nunca acamparam, mas 59% dessas pessoas acampariam no Parque se houvesse área para acampamento.

Ainda considerando a questão de grande relevância para o estudo, avaliando se o visitante acamparia no Parque se houvesse área para acampamento, a maioria dos respondentes disseram que sim, perfazendo um total de 67,5% (Gráfico 8).

O “por quê” do interesse ou não em acampar no parque se houvesse uma área específica, foi uma questão aberta (APÊNDICE B), sendo que o contato com a natureza e passeio noturno até a Pedra estavam entre as respostas que foram mencionadas mais de uma vez.

Os respondentes não recebiam nenhuma informação do aplicador que pudesse interferir em sua resposta, deixando que as opiniões fossem espontâneas.

Em relação a instalação de área de camping no PEC – Núcleo Pedra Grande, foi verificado o caso do Parna Caparaó como comparativo, onde já existem essas áreas que possuem estrutura mínima para as instalações de barracas, banheiro com ducha, área com lava-pratos, posto de funcionários. Não há instalações de energia elétrica. As reservas são feitas antecipadamente, havendo um controle de quantos visitantes irão pernoitar no Parque.

O PEC, assim como o Parna Caparaó, prevê no plano de manejo a possibilidade dessa atividade no Parque, mas no momento não possui instalações mínimas para que ocorram.

As instalações seriam: definir a área que poderão ser instaladas as barracas, adicionar duchas nos banheiros existentes, área de lava-pratos, implantar placas de sinalização pensando em uma trilha noturna assim como funcionários para esse turno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar que entre as informações referentes aos interesses mencionados pelos visitantes, estão: o contato com a natureza, trilhas noturnas e a proximidade com a cidade. Esses itens podem ser identificados na atividade de educação ambiental que as Unidades de Conservação devem oferecer, principalmente para os moradores do entorno do Parque. Como mencionado no decorrer do estudo, a utilização das trilhas traz momentos de lazer e transmissão de conhecimentos.

Acampar em áreas naturais com pouca estrutura contribui para valorização do meio ambiente, pois essa atividade nos ensina a apreciar a natureza, utilizar o espaço sem degradar e proporciona uma experiência que nos faz respeitar esse meio tão frágil. O estabelecimento de área de camping no PEC traz essa possibilidade através do ecoturismo, possibilitando uma inter-relação vivencial com o ecossistema, com os costumes e a história local. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 18) A pesquisa foi capaz de revelar o interesse nesse tipo de acampamento até mesmo por pessoas que nunca acamparam, mas é necessário um planejamento no qual se possa atingir os objetivos de sua criação e reduzir os impactos negativos.

Essa participação do Núcleo Pedra Grande na atividade proposta, se colocada em prática, poderá ser melhor avaliada através de estudos futuros que sejam mais específicos, com o intuito de identificar se ocorreu melhorias na infraestrutura após a utilização do espaço, se alterou o perfil do visitante, a elaboração de um plano de negócio com foco em fatores financeiros relacionados a atividade ou ainda a consulta juntamente com a administração do parque sobre a viabilidade da atividade de acordo com a estrutura existente respeitando as normas de uso do Plano de Manejo.

O estudo apresentado neste momento trouxe a expectativa de que se respeitando a Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VI do Meio Ambiente, o SNUC (Lei 9.985/2000), com um planejamento incluindo infraestrutura mínima de acesso aos Parques, avaliação do impacto causado pela visitação, inclusão da população local através da educação ambiental, entre outros, é possível vivenciar experiências praticadas em áreas naturais, proporcionando interação entre a população e o meio ambiente.

O turismo nessas áreas tem o objetivo de estimular a educação ambiental principalmente para a população que mora no entorno do parque, mas toda visitação,

mesmo que sendo pela primeira vez, é uma forma de motivar e de proporcionar o contato com a natureza, o que torna ainda mais significativa quando a UC está localizada em um grande centro, como é o caso do PEC.

Esse tipo de turismo vem crescendo devido ao interesse global por temas ambientais e o segmento ainda promove uma grande atração por parte dos turistas estrangeiros de acordo com Moreira (2014). Um planejamento deve ser feito a partir da compreensão das contribuições do turismo para o meio ambiente e a economia, promover atividades que possam atrair o interesse de visitantes e desenvolver a conscientização ambiental nos moradores próximos a UC. O próprio interesse de um turista é motivo para que o morador local perceba que é necessário proteger esse espaço natural.

Desde que o turismo seja praticado sem esgotamento dos recursos utilizados na atividade e de forma sustentável, pode ser um instrumento de desenvolvimento, gerar empregos e contribuir com a economia do país e dessa forma permitir que futuras gerações também possam conhecer e vivenciar esses ambientes que dependem muito da compreensão da população sobre o seu valor.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Vilela de. Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras. **Turismo em Análise**, v.20, n.3, dezembro 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/rta/article/view/14200/16018>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ALVES, Cesar Juliano dos Santos; LARANJA, Diego Hernandes Rodrigues; RAIMUNDO, Sidnei. Lazer e Turismo e a prática do manejo e monitoramento da visitação pública como estratégia de gestão dos recursos no Parque Estadual da Cantareira (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.4, nov2014-jan2015, pp.762-778. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/827/746>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo – Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 8ª ed., 2008.
- ANDRETTA, Vanessa; PEREIRA, José A. A.; MACEDO, Renato L. G.; LOPES, Frederico W. A.; VITORINO, Maria R. Impactos ambientais e perfil dos visitantes no Complexo da Cachoeira da Fumaça em Carrancas / MG. **Caderno Virtual do Turismo**. Vol. 8, n. 1, p. 57-68. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/252/182>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- BELLINASSI, S.; PAVÃO, A. C.; CARDOSO-LEITE, E. Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.2, 2011, pp.274-293. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/index>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- BITTENCOURT, Fernando. Ecoturismo em Unidades de Conservação: Proposta para o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, Florianópolis-SC. **Cenário**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 125-144, ago. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/15041/11338>>. Acesso em: 01 mar. 2018.
- CÂNDIDO, Luciane Aparecida. **Turismo Múltiplas Abordagens. Turismo como alternativa de desenvolvimento local/regional**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2008. Disponível em: <<https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/turismo-multiplas-abordagens>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- COSTA, Marília Maria Silva da; SILVA, Edvaldo Beserra da; MENESES, Leonardo Figueiredo de. Proposta de trilha ecológica como atrativo Ecoturístico na área de proteção ambiental da Barra do rio mamanguape – PB. **Turismo: Estudos e Práticas**. UERN, Mossoró/RN, vol. 1, n. 2, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/view/339/229>>. Acesso em: 26 abr. 2018.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2008.
- DIRETRIZES PARA O TURISMO EM ÁREAS NATURAIS NO PARANÁ. **Áreas Naturais**. Curitiba, 2000. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/diretrizesturismoareasnaturais.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Decreto SIEFLOR**. Disponível em: <<http://www3.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/files/2012/01/PECampinadoEncantado/Anexosempdf/Anexo6-DecretoSIEFLOR.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Ecoturismo**. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/ecoturismo/apresentacao/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Parques Estaduais**. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/pagina-inicial/parques-estaduais/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. Sistema Ambiental Paulista. **Parque Estadual Intervales**. Disponível em: <<http://fflorestal.sp.gov.br/intervales/informacoes-ao-usuario/>>. Acesso em: 19 set. 2018.
- ICMBIO. **Parna Caparaó**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/component/content/article?id=2202:parna-de-caparao>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- ICMBIO. **Parna Caparaó. Guia do Visitante**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/parnacaparao/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: 21 mar. 2018.
- ICMBIO. **Visite os Parques**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/visite-os-parques>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. Rio de Janeiro: Senac Rio de Janeiro, 3ª ed., 2013.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Áreas protegidas**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/_arquivos/livro.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente do Brasil. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. v.5, Brasília: MMA, 2004. Brasil. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Dados e Fatos. **Estudo da Demanda Turística Internacional 2017**. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-internacional.html>>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Políticas de Turismo. **Estruturação de produto turístico / Ministério do Turismo. Ecoturismo**. – Brasília: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, p.368, 2009.
- MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: UEPG, 2014, p. 157. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v4ddr/pdf/moreira-9788577982134.pdf> >. Acesso em: 30 abr. 2018.

NASPD. **America's State Parks**. Disponível em: <<http://www.stateparks.org/about-us/naspd/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Plano de Manejo Completo. **Parque Estadual da Cantareira**. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2012/01/PECantareira/Plano%20de%20Manejo/Plano%20de%20Manejo%20Completo.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PLANO DE MANEJO. **Parna Caparaó**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parna_Caparao.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2018.

RESUMO EXECUTIVO DO PLANO DE MANEJO. **Parque Estadual da Cantareira**. Disponível em:

<<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2012/01/PECantareira/Resumo%20Executivo/0.%20Resumo%20Executivo.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

ROCHA, Fernanda; BARBOSA, Fabiana Pestana; ABESSA, Denis Moledo de Souza. Trilha ecológica como instrumento de Educação Ambiental: estudo de caso e proposta de adequação no Parque Estadual Xixová-Japuí (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.3, 2010, pp.478-497. Disponível em:

<<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/99/53>>. Acesso em: 01 out. 2018.

SANTOS, E.S.; PEQUENO, E.A.; RIBEIRO, K.T.; FREITAS, L.L. Desenvolvimento sustentável e o ecoturismo em Unidades de Conservação: discussões sobre o Parque Estadual do Jalapão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.5, nov – 2015/jan - 2016, pp.579-596. Disponível em:

<<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/858/873>>. Acesso em: 16 out. 2017.

SNUC - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. **Lei 9.985/2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>.

Acesso em: 12 abr. 2018.

SPTRANS. **Itinerários**. Disponível em: <<http://www.sptrans.com.br/itinerarios/>> Acesso em: 14 dez. 2018.

MOOVIT. **Transporte Público – Núcleo Águas Claras**. Disponível em:

<https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%ABAblico-Parque_Estadual_da_Cantareira_N%C3%BAcleo_%C3%81guas_Claras-Sao_Paulo-site_45909350-242>. Acesso em: 06 fev. 2019.

MOOVIT. **Transporte Público– Núcleo Cabuçu**. Disponível em:

<https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%ABAblico-Parque_Estadual_da_Cantareira_N%C3%BAcleo_Cabu%C3%A7u-Sao_Paulo-site_22832795-242>. Acesso em 06 fev. 2019.

MOOVIT. **Transporte Público – Núcleo Engordador**. Disponível em:

<https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%ABAblico-Parque_Estadual_Cantareira_N%C3%BAcleo_Engordador-Sao_Paulo-site_25193992-242>. Acesso em: 06 fev. 2019.

MOOVIT. **Transporte Público – Núcleo Pedra Grande**. Disponível em:

<https://moovitapp.com/index/pt-br/transporte_p%C3%ABAblico-Entrada_N%C3%BAcleo_Pedra_Grande-Sao_Paulo-site_7060416-242>. Acesso em: 06 fev. 2019.

VASCONCELOS, Fabrício Peixoto; SILVA, Alan Curcino Pedreira; COSTA, Luciana Ferreira da. Turismo De Aventura E Ecoturismo: Entre Práticas e Normas no Contexto Brasileiro. **Revista Iberoamericana de Turismo**. Penedo, v. 2, n. 2, p. 108-138, jul./dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/578/462>>. Acesso em: 16 out. 2017.

APÊNDICE A

Questionário da Pesquisa de Campo

1. Sexo: () FEM () MAS
2. Faixa etária: () 18-30 () 31-40 () 41-50 () 51-60 () acima de 61
3. Frequência no Parque: () 1ª vez data da 1ª vez ____/____/____
 () de 2 a 3 vezes () de 4 a 5 vezes () acima de 6 vezes
4. Marque os itens que influenciaram sua vinda ao Parque:
 () exercício físico () contato com a natureza () relaxamento
 () encontrar pessoas () passeio/lazer () saúde
 () outros como:.....
5. Tem intenção de retornar:
 () SIM () NÃO
6. Você já acampou?
 () nunca () sim, mas não gostei
 () sim, pretendo acampar novamente () sim, frequentemente
7. Se o Parque oferecesse área para acampamento você teria interesse?
 () SIM () NÃO

Por quê?

APÊNDICE B

Formulário da Pesquisa de Campo

SEXO	FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA NO PARQUE	DATA DA 1ª VEZ	MARQUE OS ITENS QUE INFLUENCIARAM SUA VINDA AO PARQUE	TEM INTENÇÃO DE RETORNAR	Você já acampou?	SE O PARQUE OFERECESSE ÁREA PARA ACAMPAMENTO VOCÊ TERIA INTERESSE? POR QUÊ?
MAS	51-60	Acima de 6 vezes	1998	Exercício físico, relaxamento	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, contato com a natureza
FEM	18-30	Acima de 6 vezes	2010	Moradora do Parque a 8 anos	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, contato com a natureza
MAS	31-40	1ª vez	12/05/18	Exercício físico, contato com a natureza, passeio/lazer	Sim	Nunca	Não, não faz parte das minhas preferências
MAS	41-50	1ª vez	12/05/18	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, passeio/lazer, saúde	Sim	Nunca	Não
MAS	51-60	Acima de 6 vezes	2015	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, passeio/lazer, saúde	Sim	Nunca	Não
MAS	Acima de 61	De 2 a 3 vezes	1978	Exercício físico, contato com a natureza	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, apreciar a natureza
MAS	41-50	Acima de 6 vezes	1978	Exercício físico, contato com a natureza	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, isolamento e vista noturna
MAS	51-60	De 2 a 3 vezes	2008	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, encontrar pessoas, passeio/lazer	Sim	Sim, mas não gostei	Não, descaracterização do Parque
MAS	31-40	Acima de 6 vezes	1998	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, passeio/lazer, saúde	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Não, nunca pensei na possibilidade
FEM	31-40	De 2 a 3 vezes	2014	Contato com a natureza	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, contato com a natureza
MAS	31-40	Acima de 6 vezes	2016	Exercício físico	Sim	Nunca	Sim, passeio diferente próximo de casa
MAS	Acima de 61	Acima de 6 vezes		Exercício físico	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, acamparia com o neto
FEM	18-30	1ª vez	12/05/18	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, passeio/lazer	Sim	Nunca	Sim, tranquilidade, proximidade
MAS	18-30	1ª vez	12/05/18	Contato com a natureza	Sim	Nunca	Sim, pela beleza

FEM	41-50	Acima de 6 vezes	2015	Contato com a natureza	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, contato com a natureza com respeito
FEM	41-50	Acima de 6 vezes	2013	relaxamento	Sim	Nunca	Sim, contato com a natureza
FEM	Acima de 61	Acima de 6 vezes		Exercício físico	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, para trazer as crianças e fácil acesso
FEM	18-30	1ª vez	12/05/18	Exercício físico, contato com a natureza	Sim	Nunca	Sim, contato com a natureza, vivenciar
FEM	41-50	Acima de 6 vezes	2014	saúde	Sim	Nunca	Não, busco pelo conforto
FEM	41-50	Acima de 6 vezes	2018	Contato com a natureza, relaxamento, saúde	Sim	Nunca	Sim, aproveitar o espaço e pela infraestrutura que o Parque oferece
MAS	31-40	De 2 a 3 vezes	2015	Exercício físico, contato com a natureza, passeio/lazer	Sim	Nunca	Não, porque é um passeio de um dia e gosto da minha cama quentinha
FEM	31-40	Acima de 6 vezes		Exercício físico, contato com a natureza, passeio/lazer	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Não, porque moro ao lado
MAS	31-40	De 4 a 5 vezes	2016	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento	Sim	Sim, frequentemente	Sim, contato com a natureza e passeio noturno até a pedra
MAS	31-40	De 4 a 5 vezes	2016	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento	Sim	Sim, frequentemente	Sim, contato com a natureza e passeio noturno até a pedra
MAS	Acima de 61	De 2 a 3 vezes	2014	Exercício físico, contato com a natureza, encontrar pessoas, passeio/lazer	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Não, falta de estrutura agrediria o meio ambiente
FEM	51-60	1ª vez	26/05/18	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, passeio/lazer	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Não, agrediria o meio ambiente
MAS	18-30	De 2 a 3 vezes	2003	Contato com a natureza, encontrar pessoas, passeio/lazer	Sim	Nunca	Sim, área de integração
MAS	18-30	1ª vez	26/05/18	Contato com a natureza, passeio/lazer	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, área de integração
FEM	18-30	De 2 a 3 vezes	2010	Contato com a natureza, encontrar pessoas	Sim	Nunca	Sim, área de integração
MAS	18-30	1ª vez	26/05/18	Encontrar pessoas, passeio/lazer	Sim	Nunca	Sim, área de integração
MAS	18-30	1ª vez	26/05/18	Encontrar pessoas, passeio/lazer	Sim	Nunca	Sim, área de integração
FEM	18-30	De 4 a 5 vezes	2002	Exercício físico, contato com a natureza, passeio/lazer	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, para desconectar da globalização
MAS	31-40	Acima de 6 vezes	2012	Exercício físico	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Não, só camping com estrutura
FEM	18-30	De 4 a 5 vezes		Exercício físico, passeio/lazer	Sim	Nunca	Não, gosto de correr na mata
MAS	41-50	1ª vez	26/05/18	Exercício físico	Sim	Nunca	Não, não é o interesse

MAS	31-40	Acima de 6 vezes	2000	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, encontrar pessoas, passeio/lazer	Sim	Sim, frequentemente	Sim, perto da cidade e a estrutura
FEM	18-30	1ª vez	2016	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, encontrar pessoas, passeio/lazer	Sim	Sim, frequentemente	Sim
FEM	31-40	De 2 a 3 vezes	2015	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, passeio/lazer, saúde	Sim	Sim, pretendo acampar novamente	Sim, experiência nova
FEM	41-50	De 4 a 5 vezes	2015	Exercício físico, contato com a natureza, relaxamento, passeio/lazer	Sim	Sim, frequentemente	Sim, contato com a natureza, passeio noturno até a pedra
MAS	31-40	1ª vez	09/06/18	Exercício físico, contato com a natureza, passeio/lazer, saúde	Sim	Sim, frequentemente	Sim, tem fácil acesso